Sanesalto Saneamento S.A.

Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2020 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas Sanesalto Saneamento S.A.

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Sanesalto Saneamento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Sanesalto Saneamento S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Maringá, 30 de junho de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Adriano Mackado Cøntador CRC 1PR042584/O-

Índice

| Dados da Empresa | |
|--|----|
| Composição do Capital | |
| DFs Individuais | |
| Balanço Patrimonial Ativo | |
| Balanço Patrimonial Passivo | |
| Demonstração do Resultado | |
| Demonstração do Resultado Abrangente | |
| Demonstração do Fluxo de Caixa | |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | |
| DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 | |
| DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 | |
| Demonstração do Valor Adicionado | |
| Comentário do Desempenho | 10 |
| Notas Explicativas | 12 |
| Pareceres e Declarações | |
| Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva | 32 |
| Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras | |
| Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente | 34 |

Dados da Empresa / Composição do Capital

| Número de Ações (Unidades) | Trimestre Atual 31/03/2020 | |
|-------------------------------|-------------------------------|--|
| Do Capital Integralizado | | |
| Ordinárias | 14.574.000 | |
| Preferenciais | 0 | |
| Total | 14.574.000 | |
| Em Tesouraria | | |
| Ordinárias | 0 | |
| Preferenciais | 0 | |
| Total | 0 | |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil) Código da Descrição da Conta

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2020 | Exercício Anterior 31/12/2019 |
|--------------------|---|-------------------------------|----------------------------------|
| 1 | Ativo Total | 59.461 | 59.111 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 5.321 | 4.345 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.150 | 791 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 3.582 | 3.013 |
| 1.01.03.01 | Clientes | 3.582 | 3.013 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 512 | 512 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 512 | 512 |
| 1.01.06.01.01 | Pis e Cofins a Recuperar | 87 | 87 |
| 1.01.06.01.02 | IRPJ e CSLL a Compensar | 418 | 418 |
| 1.01.06.01.04 | Outros creditos de tributos | 7 | 7 |
| 1.01.07 | Despesas Antecipadas | 7 | 29 |
| 1.01.07.01 | Seguros Prediais | 7 | 0 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 70 | 0 |
| 1.01.08.03 | Outros | 70 | 0 |
| 1.01.08.03.01 | Adiantamentos | 70 | 0 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 54.140 | 54.766 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 13.003 | 12.772 |
| 1.02.01.07 | Tributos Diferidos | 2 | 2 |
| 1.02.01.07.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 2 | 2 |
| 1.02.01.09 | Créditos com Partes Relacionadas | 10.603 | 10.653 |
| 1.02.01.09.02 | Créditos com Controladas | 0 | 6.723 |
| 1.02.01.09.03 | Créditos com Controladores | 2.810 | 3.930 |
| 1.02.01.09.05 | Créditos Tributários - Controladores | 3.913 | 0 |
| 1.02.01.09.06 | Créditos Tributários - Outras Partes Relacionadas | 3.880 | 0 |
| 1.02.01.10 | Outros Ativos Não Circulantes | 2.398 | 2.117 |
| 1.02.01.10.03 | Outros Créditos | 18 | 29 |
| 1.02.01.10.04 | Aplicações Financeiras Compromissadas | 2.380 | 2.088 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 78 | 359 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 78 | 83 |
| 1.02.03.02 | Direito de Uso em Arrendamento | 0 | 276 |
| 1.02.04 | Intangível | 41.059 | 41.635 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 41.059 | 41.635 |
| 1.02.04.01.01 | Contrato de Concessão | 40.797 | 41.635 |
| 1.02.04.01.02 | Direito de Uso | 262 | 0 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2020 | Exercício Anterior 31/12/2019 |
|--------------------|---|-------------------------------|----------------------------------|
| 2 | Passivo Total | 59.461 | 59.111 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 8.762 | 8.302 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 231 | 228 |
| 2.01.01.01 | Obrigações Sociais | 38 | 43 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 193 | 185 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 151 | 839 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 151 | 839 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 1.210 | 695 |
| 2.01.03.01 | Obrigações Fiscais Federais | 1.210 | 695 |
| 2.01.03.01.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar | 685 | 0 |
| 2.01.03.01.02 | Pis-Pasep e Cofins a pagar | 95 | 261 |
| 2.01.03.01.03 | Parcelamentos de Impostos a Pagar | 421 | 416 |
| 2.01.03.01.04 | Obrigações Fiscais Retido na Fonte | 9 | 18 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 5.866 | 5.426 |
| 2.01.04.02 | Debêntures | 5.866 | 5.426 |
| 2.01.04.02.01 | Debêntures a pagar | 5.866 | 0 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 1.304 | 1.114 |
| 2.01.05.02 | Outros | 1.304 | 1.114 |
| 2.01.05.02.04 | Passivo de Arrendamentos | 56 | 55 |
| 2.01.05.02.20 | Outras Obrigações | 1.248 | 1.059 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 48.931 | 50.758 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 47.235 | 48.957 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 47.235 | 48.957 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 1.578 | 1.683 |
| 2.02.02.02 | Outros | 1.578 | 1.683 |
| 2.02.02.02.04 | Parcelamentos a Pagar | 1.368 | 1.459 |
| 2.02.02.02.05 | Passivo de Arrendamentos | 210 | 224 |
| 2.02.04 | Provisões | 118 | 118 |
| 2.02.04.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 118 | 118 |
| 2.02.04.01.04 | Provisões Cíveis | 118 | 118 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido | 1.768 | 51 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 14.574 | 2.000 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 0 | 12.574 |
| 2.03.02.06 | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 0 | 12.574 |
| 2.03.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | -12.806 | -14.523 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

| Código da Conta | Descrição da Conta | DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 | DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 |
|--------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 3.01 | Receita de Venda de Bens e/ou Serviços | 7.166 | 5.970 |
| 3.02 | Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | -1.957 | -1.790 |
| 3.02.01 | Custos com Materiais e Insumos na Operação de Esgoto | -450 | -502 |
| 3.02.02 | Mão de Obra na Operaçao | -180 | -172 |
| 3.02.03 | Custos com Serviços de Terceiros na Operação | -489 | -265 |
| 3.02.04 | Amortização do Intangivel e Depreciação do Imobilizado | -838 | -838 |
| 3.02.05 | Custos de Construção | 0 | -13 |
| 3.03 | Resultado Bruto | 5.209 | 4.180 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -1.622 | -1.531 |
| 3.04.01 | Despesas com Vendas | -191 | -233 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -1.431 | -1.230 |
| 3.04.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | -68 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 3.587 | 2.649 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -1.185 | -2.143 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 15 | 0 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -1.200 | -2.143 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 2.402 | 506 |
| 3.08 | Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | -685 | -115 |
| 3.08.01 | Corrente | -502 | -167 |
| 3.08.02 | Diferido | -183 | 52 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | 1.717 | 391 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo do Período | 1.717 | 391 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | |
| 3.99.01.01 | ON | 0,11780 | 0,19550 |
| 3.99.02 | Lucro Diluído por Ação | | |
| 3.99.02.01 | ON | 0,11780 | 0,19550 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

| Código da Conta | Descrição da Conta | DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 | DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 |
|--------------------|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| 4.01 | Lucro Líquido do Período | 1.717 | 391 |
| 4.03 | Resultado Abrangente do Período | 1.717 | 391 |

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil) Código da Descrição da Conta

| Código da Conta | Descrição da Conta | DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 | DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 |
|--------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 3.021 | 4.113 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | 3.464 | 3.211 |
| 6.01.01.01 | Lucro Liquido do Exercicio | 1.717 | 391 |
| 6.01.01.02 | Depreciação e Amortização | 843 | 842 |
| 6.01.01.03 | Juros Apropriados sobre Empréstimos e Financiamentos | 7 | 0 |
| 6.01.01.04 | Juros Apropriados sobre Arrendamento Mercantil | 4 | 0 |
| 6.01.01.05 | Juros Apropriados sobre Debentures | 1.078 | 2.013 |
| 6.01.01.06 | Juros apropriados sobre Parcelamentos | 19 | 0 |
| 6.01.01.07 | Depreciação do Direito de Uso | 14 | 0 |
| 6.01.01.08 | Amortização da Captação sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 104 | 0 |
| 6.01.01.10 | Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa | -3 | 17 |
| 6.01.01.11 | Impostos Diferidos | 183 | -52 |
| 6.01.01.12 | Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social | -502 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | -443 | 902 |
| 6.01.02.01 | Contas a Receber | -566 | -174 |
| 6.01.02.02 | Demais Contas a Receber e Adiantamentos | -39 | -66 |
| 6.01.02.03 | Creditos Tributários | 1 | -229 |
| 6.01.02.10 | Fornecedores | -688 | -215 |
| 6.01.02.11 | Encargos Tributarios a Pagar | 877 | 754 |
| 6.01.02.12 | Salarios e Encargos Sociais a Pagar | 3 | -39 |
| 6.01.02.13 | Impostos e Contribuições Parcelados | -105 | 0 |
| 6.01.02.14 | Demais Contas a Pagar | -76 | 321 |
| 6.01.02.16 | Acordos Comerciais - Partes Relacionadas | 150 | 550 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | -292 | -20 |
| 6.02.01 | Aquisição do Ativo Intangivel e Imobilizado | 0 | -20 |
| 6.02.02 | Aquisição de Títulos de Dividas (Garantia das Debêntures) | -292 | 0 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | -2.370 | -4.051 |
| 6.03.01 | Emprestimos, Financiamentos e Debentures | -1.288 | -1.738 |
| 6.03.02 | Amortização de Juros sobre Emprestimos e Financiamentos | -968 | -848 |
| 6.03.03 | Emprestimos entre Partes Relacionadas | -100 | -1.465 |
| 6.03.04 | Pagamento de Passivo de Arrendamentos | -14 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 359 | 42 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 791 | 204 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 1.150 | 246 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|--------------------|-------------------------------------|---------------------------------|--|-------------------|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 2.000 | 12.574 | 0 | -14.523 | 0 | 51 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 2.000 | 12.574 | 0 | -14.523 | 0 | 51 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 12.574 | -12.574 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04.01 | Aumentos de Capital | 12.574 | -12.574 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 1.717 | 0 | 1.717 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 1.717 | 0 | 1.717 |
| 5.07 | Saldos Finais | 14.574 | 0 | 0 | -12.806 | 0 | 1.768 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|--------------------|----------------------------|---------------------------------|--|-------------------|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 2.000 | 12.574 | 0 | -15.409 | 0 | -835 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 2.000 | 12.574 | 0 | -15.409 | 0 | -835 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 391 | 0 | 391 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 391 | 0 | 391 |
| 5.07 | Saldos Finais | 2.000 | 12.574 | 0 | -15.018 | 0 | -444 |

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil) Código da Descrição da Conta

| Código da Conta | Descrição da Conta | DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 | DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 |
|--------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 7.01 | Receitas | 7.399 | 6.371 |
| 7.01.01 | Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | 7.396 | 6.375 |
| 7.01.03 | Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios | 0 | 13 |
| 7.01.04 | Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa | 3 | -17 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -2.356 | -2.104 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -1.862 | -1.093 |
| 7.02.04 | Outros | -494 | -1.011 |
| 7.02.04.01 | Produtos Quimicos Consumidos | -5 | 0 |
| 7.02.04.02 | Custos de Construção | 0 | -13 |
| 7.02.04.03 | Outras Despesas Operacionais | -489 | -998 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 5.043 | 4.267 |
| 7.04 | Retenções | -857 | -842 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -857 | -842 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 4.186 | 3.425 |
| 7.06 | VIr Adicionado Recebido em Transferência | 15 | 0 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 15 | 0 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 4.201 | 3.425 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 4.201 | 3.425 |
| 7.08.01 | Pessoal | 380 | 368 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 252 | 248 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 108 | 96 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 20 | 24 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 983 | 600 |
| 7.08.02.01 | Federais | 982 | 597 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 1 | 3 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.121 | 2.066 |
| 7.08.03.01 | Juros | 1.111 | 2.040 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 10 | 26 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 1.717 | 391 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 1.717 | 391 |

Comentário do Desempenho

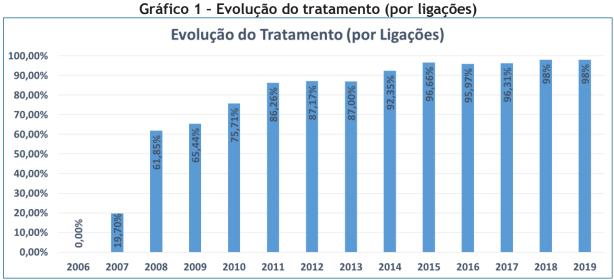
Relatório da administração

Aos acionistas e demais interessados:

A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos ("ETE");
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município; e
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 65% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.



Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

Na categoria "As melhores em gestão no saneamento ambiental", com seis níveis de reconhecimento, Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.

Comentário de Desempenho

O lucro líquido de R\$ 14.377 no exercício de 2017 marcou o início da reversão dos prejuízos acumulados nos períodos anteriores, que somavam (R\$ 30.775) no encerramento do exercício de 2016. Em 2018, essa tendência se confirmou e a Companhia apresentou lucro de R\$ 989 em 31 de dezembro. O mesmo aconteceu com o resultado do exercício de 2019 com lucro de R\$ 886. Em 31 de março de 2020 se manteve a expectativa da administração da reversão dos prejuízos acumulados encerrando o trimestre com resultado de R\$ 1.717.

Comentário do Desempenho

A Companhia saiu de um passivo a descoberto de (R\$ 16.201) em 31.12.2016 para (R\$ 1.825) em 31.12.2017 e (R\$ 835) em 31.12.2018. No exercício de 2019, obteve R\$ 51 de patrimônio líquido, assim, a Companhia reverteu o passivo a descoberto, e com o resultado do 1º trimestre encerrou com patrimônio líquido de R\$ 1.768.

Os resultados dos últimos anos mostram a viabilidade econômico financeira da Sanesalto.

Os prejuízos acumulados dos anos anteriores foram resultado de tarifas entre 2007 e 2010 abaixo da tarifa justa, definida posteriormente em mecanismo de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, ocasionando o aumento do endividamento da Companhia e operação com prejuízos recorrentes.

Após a implantação da tarifa definida em reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, a Companhia reduziu endividamento e melhorou sua eficiência operacional, até o exercício de 2016 no qual atingiu praticamente o "breakeven", encerrando aquele exercício com prejuízo de (R\$ 59). Como era esperado, já no ano de 2017, o resultado operacional foi positivo, somado ao resultado do PRT e PERT, e em 2018 a Companhia apresentou lucro. Apesar do reajuste tarifário de junho de 2019, ter sido suspenso pela agencia reguladora até 31 de dezembro de 2019, onde sairia da tarifa média de R\$ 3,61 para R\$ 4,00 por metro cúbico tratado de esgoto, a expectativa da administração se concretizou no exercício de 2019 encerrando com resultado positivo de R\$ 886. O valor da tarifa com novo valor fez com que a Companhia encerrasse o período do 1º trimestre de 2020 também com lucro de R\$ 1.717.

Outro motivo para melhoria na eficiência operacional, a partir de 2020, foi 3ª emissão das debêntures com o objetivo de liquidar a 2ª emissão em dezembro de 2019. Apesar de ter emitido com taxas semelhantes, a Companhia alongou sua dívida em 18 meses, reduzindo assim o valor da parcela, que terá seu vencimento final em dezembro de 2026.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

PÁGINA: 11 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto - SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019, bem como não foram necessários ajustes nas informações contábeis do trimestre findo em 31 de março de 2020.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado, podendo as receitas sofrer um aumento, porém, ao mesmo tempo um aumento de inadimplência caso haja agravamento da situação econômica. Até o encerramento do trimestre a Companhia não havia sofrido tais impactos.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto - SP, compreende:

- a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel ("Santa Isabel"), situada na região do bairro Sete Quedas;
- b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

Em 30 de abril de 2011, foi realizado o 10° Termo de alteração do contrato de concessão, onde definiram-se:

a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

| | | Tarifa por m³ de | Variação real da | |
|--------|-----------|------------------|------------------|--------|
| Períod | do de vig | gência | esgoto tratado | tarifa |
| jun/11 | a | mai/12 | 2,2500 | _ |
| jun/12 | a | mai/13 | 2,3288 | 3,50% |
| jun/13 | a | mai/14 | 2,3753 | 2,00% |

Ressalta-se que de acordo com a cláusula contratual do referido termo, os valores das tarifas retro mencionadas serão atualizadas anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

PÁGINA: 12 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma as tarifas atualizadas e praticadas até 31 de março de 2020 são:

| | | | Tarifa por m³ de | Variação nominal |
|--------|-----------|--------|------------------|------------------|
| Períod | do de vig | gência | esgoto tratado | da tarifa |
| jan/13 | a | dez/13 | 2,4446 | |
| jan/14 | a | set/14 | 2,6092 | 6,73% |
| out/14 | a | mai/15 | 2,8009 | 7,35% |
| jun/15 | a | mai/16 | 3,0097 | 7,45% |
| jun/16 | a | mai/17 | 3,4901 | 15,96% |
| jun/17 | a | mai/18 | 3,5690 | 2,26% |
| jun/18 | a | dez/19 | 3,6100 | 1,15% |
| jan/20 | a | mai/20 | 4,0000 | 10,80% |
| | | | | |

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

Em 31 de julho de 2019 através da nota técnica 21/2019 o reajuste de 10,88% foi suspenso temporariamente até 31 de dezembro de 2019, devido ao atual desequilíbrio econômico e financeiro do SAAE-Salto. No entanto a diferença de receitas durante esse período deverá ser apurada, a fim ser compensado no próximo reequilíbrio do Contrato de Concessão.

b) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2° semestre de 2032.

1.3. Reversão do passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e de prejuízos acumulados

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no valor de R\$ 3.441 (R\$ 3.957 em 2019). A Administração da Companhia está empenhada na reversão do atual cenário, que foram formados por um custo histórico defasado de tarifas previstas no Contrato de Concessão, bem como pelo custo financeiro de emissão das debêntures e investimentos realizados.

Desde 2011, com a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, este cenário de prejuízos acumulados vem sendo revertido. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu o passivo a descoberto.

Os acionistas também efetuaram aportes financeiros por meio de adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de suprimento do caixa e manutenção do cumprimento de suas obrigações, onde estavam aguardando somente a conversão destes AFACs em capital social com emissão de novas ações ao valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. Fato este que ocorreu no início de 2020 com a liquidação da 2ª emissão de debêntures (Nota 9). Os acionistas garantem o apoio financeiro necessário para que a Companhia possa honrar suas obrigações vincendas a curto prazo.

Em decorrência da defasagem tarifária no início do contrato e buscando a viabilidade financeira da Companhia, em 26 de junho de 2014 a Assembleia Geral de Debenturistas alterou as condições e características das debêntures, conforme mencionado na Nota 9, impactando em redução significativa dos juros financeiros sobre as debêntures. Desta forma, possibilitou com que a Companhia liquidasse antecipadamente as debêntures.

PÁGINA: 13 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, com base na avaliação do fluxo de caixa futuro da concessão, mesmo sendo prorrogado o reajuste tarifário, prevê aumento de receitas com base na atualização de tarifas, no mínimo de reposição inflacionária, e aumento de volume de tratamento, baseado em crescimento populacional e novas indústrias na região. O fluxo de caixa operacional futuro será suficiente para liquidação do passivo circulante.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

1.4. Aprovação da emissão das informações contábeis intermediárias

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações contábeis intermediárias em 29 de junho de 2020.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias condensadas:

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e evidenciam todas as informações relevantes das informações contábeis intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.1.1.

As informações contábeis intermediárias condensadas de 31 de março de 2020 não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para as demonstrações financeiras anuais, uma vez que o seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação aquelas demonstrações financeiras anuais. Portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidas em 30 de março de 2020.

As informações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, já agregando as mudanças de políticas contábeis das normas vigentes a partir de 1° de janeiro de 2019.

2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de

PÁGINA: 14 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.
- b) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- c) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------|------------|
| Ativo circulante | | |
| Caixa e saldos em conta corrente bancária | 362 | 791 |
| Aplicações financeiras de curto prazo (CDB) (*) | 788 | - |
| | 1.150 | 791 |
| Ativo não circulante | | |
| Títulos de valores mobiliários | 2.380 | 2.088 |
| | 2.380 | 2.088 |
| | | |

^(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de março 2020 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI, contra 98% do CDI em 31 de dezembro de 2019. As aplicações financeiras no ativo não circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures.

4. Contas a receber

4.1. Composição:

PÁGINA: 15 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------|------------|
| Contas a receber | 3.655 | 3.089 |
| (-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa | (73) | (76) |
| | 3.582 | 3.013 |

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias, assim como os possíveis impactos decorrentes atual cenário de pandemia do COVID-19. Mesmo assim a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, mesmo estando dentro deste prazo e com o novo cenário, e concluiu que a provisão está adequada.

PÁGINA: 16 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

| _ | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------|------------|
| A vencer | 3.493 | 1.844 |
| Vencidos até 30 dias | 61 | 636 |
| Vencidos de 31 até 60 dias | 7 | 280 |
| Vencidos de 61 até 180 dias | 21 | 253 |
| Vencidos há mais de 181 dias (PCLD) | 73 | 76 |
| (-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) | (73) | (76) |
| _ | 3.582 | 3.013 |

1.3. Movimentação da PCLD

| Saldo da PCLD em 31/12/2019 | 76 |
|-----------------------------|------|
| Reversão de provisão | 12 |
| Complemento de provisão | (15) |
| Saldo da PCLD em 31/03/2020 | 73 |

5. Tributos a recuperar

5.1. Composição:

| Ativo circulante | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|---------------------------------|------------|------------|
| COFINS a Recuperar | 71 | 71 |
| PIS a Recuperar | 16 | 16 |
| IRPJ a Recuperar por Estimativa | 334 | 334 |
| CSLL a Recuperar por Estimativa | 84 | 84 |
| Outros tributos a recuperar | 7 | 7 |
| | 512 | 512 |

6. Créditos com Partes relacionadas

6.1. Créditos tributários - Partes relacionadas

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, onde foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, com expectativa de realização em até cinco anos, sem juros ou correção monetária. Foram constituídos créditos com as seguintes empresas do grupo:

PÁGINA: 17 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo não circulante | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------|------------|
| Créditos tributários - Controladores | | |
| Conasa Infraestrutura S.A. | 3.913 | 3.913 |
| Créditos tributários - Outras Partes relacionadas | | |
| Companhia Aguas de Itapema | 2.917 | 2.917 |
| Companhia Aguas de Santo Antônio | 324 | 324 |
| Sanetrat Saneamento S/A | 639 | 689 |
| | 3.880 | 3.930 |
| - | 7.793 | 7.843 |

6.2. Créditos com controladores

| | Ativo não circulante | |
|------------------------------|----------------------|------------|
| | 31/03/2020 | 31/12/2020 |
| CONASA - Infraestrutura S.A. | 2.810 | 2.810 |
| | 2.810 | 2.810 |

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas Companhias. Em função desses aspectos, a administração decidiu reclassificar os saldos para o longo prazo. A expectativa da administração é que até o encerramento do exercício a Controladora liquide o saldo em aberto.

6.3. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia não possui saldo a pagar em 31 de março de 2020 referente as despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nestes serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

| | Passivo (Fornecedores) | | |
|------------------------------|------------------------|--------------------|--|
| | 31/03/2020 | 31/12/2019 | |
| CONASA - Infraestrutura S.A. | - | 22 | |
| | Resultado (Despesa | s administrativas) | |
| | 31/03/2020 | 31/12/2019 | |
| CONASA - Infraestrutura S.A. | 645 | 2.583 | |

PÁGINA: 18 de 34

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.4. Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de março de 2020, totalizaram R\$ 76 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

7. Intangível

7.1. Composição:

| | 31/03/2020 31/12/2019 | | | | | |
|--|-----------------------|-------------|---------|-------------|-----------|---------|
| | | Amortização | | Amortização | | |
| | Custo | acumulada | Líquido | Custo | acumulada | Líquido |
| Intangíveis decorrentes de: | | | | | | |
| Contratos de concessão valor patrimonial | 73.958 | (32.468) | 41.490 | 73.958 | (31.543) | 42.415 |
| Licença de uso de software | 116 | (116) | - | 116 | (115) | 1 |
| Indenização efetiva (*) | (1.800) | 1.107 | (693) | (1.800) | 1.019 | (781) |
| | 72.274 | (31.477) | 40.797 | 72.274 | (30.639) | 41.635 |

24/02/2020

7.2. Movimentação:

| | 31/03/2020 | | |
|------------------------|------------------------|----------------|----------|
| | Contratos de concessão | | |
| | valor patrimonial e | Licença de uso | |
| | Indenização efetiva | de software | Total |
| Custo: | | | |
| Saldo inicial | 72.158 | 116 | 72.274 |
| Transferências | - | - | - |
| Adições | - | - | - |
| Saldo final | 72.158 | 116 | 72.274 |
| Amortização acumulada: | | | |
| Saldo inicial | (30.524) | (115) | (30.639) |
| Adições | (838) | (1) | (839) |
| Saldo final | (31.362) | (116) | (31.478) |
| Saldo inicial | 41.634 | 1 | 41.635 |
| Transferências | - | <u>.</u> | - |
| Movimentações líquidas | (838) | (1) | (839) |
| | 40.796 | - (1) | 40.796 |
| | | | |

7.3. Serviços de construção

PÁGINA: 19 de 34

^(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores serão amortizados até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|-----------------------|--------------|------------|
| Receita de construção | - | 13 |
| Custo de construção | | (13) |
| | - | - |

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

7.4. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Neste contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado:
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira "Autorização de serviços", a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ. A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Taxa de Amortização do Intangível | 4,64% | 4,99% |

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia elaborou teste de impairment do ativo intangível com base no valor em uso através do método do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais.

A administração avaliou que não há fatores internos e externos que possam indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, portanto não foi efetuado um teste de impairment durante o trimestre findo em 31 de maço de 2020. Ainda em 2020, um novo teste de impairment do ativo intangível com base no método do fluxo de caixa descontado será realizado.

8. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1. Direito de uso:

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------|------------|
| Direito de uso - Arrendamento | 302 | 302 |
| (-) Amortização do direito de uso - Arrendamento | (40) | (26) |
| | 262 | 276 |

8.1.1 Síntese da movimentação do direito de uso:

| | Saldo em | | Saldo em |
|--------------------------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2019 | Amortização | 31/03/2020 |
| Direito de uso - Arrendamentos | 276 | (14) | 262 |
| | 276 | (14) | 262 |

8.2. Passivo de arrendamentos:

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------|------------|
| Circulante - Passivo de arrendamentos | 56 | 55 |
| Não circulante - Passivo de arrendamentos | 210 | 224 |
| | 266 | 279 |

8.2.2 Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:

| | Adoção Inicial 31/12/2019 | Ajuste a Valor Presente | Pagamentos | Novos Contratos | Saldo em 31/03/2020 |
|--------------------------|------------------------------|----------------------------|------------|--------------------|------------------------|
| Passivo de arrendamentos | 279 | 1 | (14) | <u>-</u> | 266 |
| | 279 | 1 | (14) | - | 266 |

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16/CPC 06 R(2).

9. Debêntures

9.1. Composição:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2020 | | 31/12/ | 2019 |
|-------------------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | Não | | Não |
| _ | Circulante | circulante | Circulante | circulante |
| Debêntures (3ª emissão) | 5.866 | 47.235 | 5.426 | 48.957 |
| | 5.866 | 47.235 | 5.426 | 48.957 |

9.2. Movimentação

| Saldo inicial em 31 dezembro de 2019 | 54.383 |
|--------------------------------------|---------|
| (-) Pagamentos do principal | (1.288) |
| (-) Pagamentos de juros | (968) |
| Provisão de juros | 1.078 |
| (-) Custos captação | (104) |
| Saldo final em 31 de março de 2020 | 53.101 |

9.3. Primeira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a primeira emissão de debêntures, privadas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série. Até 31 de dezembro de 2019 as debêntures não foram emitidas.

9.4. Segunda emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a segunda emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 36 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 36.000. A emissão das debêntures públicas foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 29 de setembro de 2004, com vencimentos anuais em 1 de junho dos anos subsequentes.

A remuneração pactuada para as debêntures era de 11,5% a.a. acrescida da variação ocorrida no período de 12 meses anterior no IGP-M, com vencimento todo dia 1º de cada mês, tendo como última parcela a data de 25 de maio de 2025.

9.5. Alteração nas condições e características das debêntures

Na Assembleia Geral de Debenturistas, em 26 de junho de 2014, foram aprovadas as alterações nas condições e características das debêntures, dando origem ao 3º Aditamento à escritura da 2ª emissão das debêntures. As alterações provenientes destas determinações estão abaixo resumidas:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, a partir de 1º de julho de 2014;
- A partir de 26 de junho de 2014 a remuneração será de 6,25% a.a.;
- Alongamento do prazo da dívida para 120 parcelas mensais sucessivas, em que o primeiro vencimento será 26 de junho de 2015 e o último vencimento será dia 26 de maio de 2025;
- A liquidação total das debêntures se deu em 27 de dezembro de 2019 pelo valor de R\$ 52.836.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.6 Terceira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA - Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia "over extra-grupo" expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias uteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

9.7. Amortização da dívida com debêntures

| | 31/03/2020 |
|---------------|------------|
| Vencimento em | |
| 2020 | 4.399 |
| 2021 | 5.866 |
| 2022 | 5.866 |
| 2023 | 5.866 |
| 2024 | 5.866 |
| Após 2024 | 25.238 |
| | 53.101 |

9.8. Condições Restritivas Financeiras - "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os covenants financeiros serão medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deverá ser superior a 1,3 (um virgula três inteiros) e o índice de liquidez deverá ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender a estes índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

A Companhia cumpre integralmente as cláusulas restritivas.

10. Encargos tributários a pagar

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 | |
|---------------------|------------|------------|--|
| Circulante | | | |
| PIS a recolher | 17 | 214 | |
| COFINS a recolher | 78 | 46 | |
| Imposto de renda | 502 | - | |
| Contribuição social | 183 | - | |
| Outros impostos | 9 | 18 | |
| Total | 789 | 278 | |

11. Impostos e contribuições parcelados

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|------------------------|------------|------------|
| Circulante | | |
| Parcelamento de PIS | 235 | 233 |
| Parcelamento de COFINS | 51 | 51 |
| Parcelamento de IRPJ | 105 | 104 |
| Parcelamento de CSLL | 30 | 29 |
| Total | 421 | 417 |
| Não circulante | | |
| Parcelamento de PIS | 166 | 816 |
| Parcelamento de COFINS | 765 | 177 |
| Parcelamento de IRPJ | 341 | 364 |
| Parcelamento de CSLL | 96 | 102 |
| Total | 1.368 | 1.459 |
| | 1.789 | 1.876 |

12. Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 31 de dezembro de 2019, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R\$ 1.248 (em 2019 de R\$ 1.059).

| Demais contas a pagar | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| SAAE - Serviço Autônomo Agua e Esgoto | 1.248 | 1.059 |

13. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões não sofreram alterações e são os seguintes:

13.1. Composição por probabilidade de perda:

| | Cível | | |
|------------------------|------------|------------|--|
| Probabilidade de Perda | 31/03/2020 | 31/12/2019 | |
| Provável | 118 | 118 | |

A provisão de contingência no montante de R\$ 118, referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

13.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como remoto, e dessa forma, não existem causas possíveis a serem divulgadas em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O Capital social que era de R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado com o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 12.574 em 4 de fevereirode 2020, com a liquidação da segunda emissão de debêntures. Desta forma, a Conasa Infraestrutura S.A. ficou com a totalidade das ações, passando o Capital Social da Companhia para R\$ 14.574 em 31 de março de 2020, totalmente subscrito e integralizado, representado por 12.574.000 ações ordinárias nominativas. Segue a demonstração de participação dos acionistas, após a integralização do adiantamento para futuro aumento de capital:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2020 | | 31/12/20 | 19 |
|--|------------|---------|---------------------|-------|
| | Número de | | Número de Número de | |
| | ações | % | ações | % |
| GPI Participações e Investimentos S.A. | - | 0,00% | 1.000.903 | 6,87% |
| CONASA - Infraestrutura S.A. | 14.574.000 | 100,00% | 999.097 | 6,86% |
| | 14.574.000 | 100% | 2.000.000 | 14% |

14.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A Companhia mantinha no patrimônio líquido o seguinte saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) com partes relacionadas, que foram integralizados em 4 de fevereiro de 2020, com a liquidação das debêntures, pois estavam aguardando autorização dos debenturistas:

| | 31/03/2020 | 31/12/2019 |
|------------------------------|------------|------------|
| CONASA - Infraestrutura S.A. | - | 12.574 |
| | - | 12.574 |

15. Receita operacional líquida

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Receita bruta de serviços | 6.830 | 6.252 |
| Receitas de construção | - | 13 |
| Cancelamentos/Abatimentos/Reversões | 566 | 123 |
| Impostos e contribuições | (230) | (418) |
| | 7.166 | 5.970 |

16. Custos dos serviços prestados

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|--|------------|------------|
| Custos com materiais e insumos na operação | (450) | (502) |
| Mão de obra na operação | (180) | (172) |
| Custos com serviços de terceiros na operação | (489) | (265) |
| Amortização do intangível e depreciação do imobilizado | (838) | (838) |
| Custo de construção | - | (13) |
| | (1.957) | (1.790) |

17. Despesas comerciais

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|--|------------|------------|
| Despesas com pessoal | (34) | (71) |
| Provisão de crédito de liquidação duvidosa | (3) | (17) |
| Despesas com Informática | (83) | (76) |
| Outras despesas comerciais | (71) | (69) |
| | (191) | (233) |

18. Despesas gerais e administrativas

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Pessoal | (235) | (197) |
| Aluguéis e locação | (10) | (26) |
| Serviços prestados por terceiros | (925) | (894) |
| Depreciação | (5) | (4) |
| Despesas com viagem | (20) | (21) |
| Despesas com Informática | (2) | (5) |
| Impostos, taxas e contribuições | (120) | (56) |
| Publicações de balanços | (43) | - |
| Outras despesas | (71) | (27) |
| | (1.431) | (1.230) |

19. Resultado financeiro

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|--|------------|------------|
| Receitas financeiras | | |
| Juros sobre aplicação financeira | 15 | - |
| | 15 | - |
| Despesas financeiras | | |
| Juros e demais encargos sobre debêntures | (1.077) | (2.013) |
| Juros impostos em atraso e parcelamentos | (29) | - |
| Outros juros e multas | (5) | (27) |
| Comissões e despesas bancárias | (89) | (103) |
| | (1.200) | (2.143) |
| | (1.185) | (2.143) |

20. Instrumentos financeiros

a. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

b. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | 31/03 | /2020 | 31/12/ | /2019 |
|-------------------------------|------------------|----------|----------|----------|----------|
| | | Valor | Valor de | Valor | Valor de |
| | Categoria | contábil | mercado | contábil | mercado |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 1.150 | 1.150 | 2.879 | 2.879 |
| Contas a receber | Custo amortizado | 3.582 | 3.582 | 3.013 | 3.013 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 10.603 | 10.603 | 10.653 | 10.653 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 151 | 151 | 839 | 839 |
| Debêntures | Custo amortizado | 53.101 | 53.101 | 54.383 | 54.383 |

c. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

| | | | | | | Cenários | |
|--|-----------------------|------------|-------------|----------|----------|----------|--------|
| | | | | Valor em | | Possível | Remoto |
| | Risco | Taxa atual | Saldo total | risco | Provável | (25%) | (50%) |
| Ativo financeiro Aplicações de curto prazo | Redução da taxa CDI | 6,27% | 3.168 | 199 | 1 | 1 | 1 |
| Passivo financeiro Debêntures | Aumento na taxa IGP-M | 3,37% | 53.101 | 1.790 | (287) | (358) | (430) |
| | | | 49.933 | 1.591 | (288) | (359) | (431) |

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

21. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico:

| | 31/03/2020 | 31/03/2019 |
|--|------------|------------|
| Lucro líquido do período | 1.717 | 391 |
| Média ponderada de ações em circulação | 14.574.000 | 2.000.000 |
| Resultado por ações - básico - R\$ | 0,1178 | 0,1955 |

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição.

22. Seguros (não revisado)

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto, do Prédio Comercial, além de 11 estações de elevatórias de esgotos, com vigência de 12/09/2019 a 12/09/2020 e 19/05/2019 a 19/05/2020, respectivamente. Abaixo os valores em risco:

| | valor en | i risco |
|---|-----------------|-----------|
| | | Lucros |
| | Danos materiais | cessantes |
| Estação de tratamento de esgoto e elevatórias | 21.900 | 6.000 |
| Prédio comercial | 600 | 0.000 |
| | 22.500 | 6.000 |
| | | |

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Limite máximo de |
|---|------------------|
| Cobertura | indenização |
| Incêndio, raio e explosão | 16.500 |
| Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça | 534 |
| Danos elétricos | 2.433 |
| Danos materiais | 17 |
| Roubo e/ou furto qualificado de bens | 52 |
| Roubo de valores | 30 |
| Responsabilidade civil operações | 112 |
| Alagamento / inundação | 100 |
| Salvamento, limpeza e/ou desentulho | 10 |
| Tumulto, greve, lock-out | 12 |
| Perda ou pagamento de aluguel | 23 |
| Lucros cessantes | 6.030 |
| | 25.853 |

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía apenas saldo de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.159. No exercício de 2020, a administração decidiu mudar o regime de tributação para Lucro Presumido, assim, em 31 de março de 2020 o imposto de renda e contribuição social correntes apurado foi de R\$ 502 e R\$ 183, respectivamente. A Companhia não reconheceu os tributos diferidos ativos sobre a totalidade da base negativa de CSLL por não atender as condições requeridas pela Instrução CVM 371.

24. Transações que não afetam o caixa

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia efetuou o aumento de capital com a integralização do AFAC no valor de R\$ 12.574. Essa transação não envolveu caixa.

25. Eventos subsequentes

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de ajustes nas Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31 de março de 2020, por temas relacionados com os riscos e impactos provocados pela pandemia do COVID-19. Até a divulgação das informações relativas ao período findo 31 de março de 2019, a Companhia não identificou nenhum impacto em virtude do COVID-19, assim como na continuidade dos contratos com seus clientes, não afetando assim a evolução de receitas, em especial, não aumentando a inadimplência. Porém a Companhia avalia periodicamente e caso haja agravamento da situação econômica poderá impactar na velocidade dos investimentos.

26. Outros assuntos

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias condensadas em 31 de março de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em conformidade com o artigo 25, § 1°, inciso V e VI da Instrução CVM n° 480/09, os diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as informações contábeis intermediárias da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

Claudio R. de Leoni Ramos Diretor Administrativo/Financeiro Isaac do Nascimento Contador PR 043806/0-1

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Sanesalto Saneamento S.A.

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Sanesalto Saneamento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações

do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Maringá, 30 de junho de 2020

PricewaterhouseCoopers Adriano Machado

Auditores Independentes Contador CRC 1PR042584/O-7

CRC 2SP000160/O-5

PÁGINA: 32 de 34

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

PÁGINA: 33 de 34

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Empresa de Auditoria Independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social além da Auditoria Externa.